

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	5
5.4 - Programa de Integridade	7
5.5 - Alterações significativas	9
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	10

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	11
10.2 - Resultado operacional e financeiro	17
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	21
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	22
10.5 - Políticas contábeis críticas	23
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	24
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	25
10.8 - Plano de Negócios	26
10.9 - Outros fatores com influência relevante	28

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política
A administração considera os riscos descritos no itens 4.1 em grande parte riscos inerentes ao seu modelo de negócios para os quais não tem política formal de gerenciamento. O gerenciamento destes riscos provavelmente implicaria em custos muito elevados na forma de restrições ao aproveitamento de oportunidades de investimento no setor e no país. Não obstante, para alguns destes riscos são adotadas medidas de mitigação já descritas no item 4.1, quando aplicáveis.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. Os riscos para os quais se busca proteção

não aplicável aos riscos descritos em 4.1.

ii. Os instrumentos utilizados para proteção

não aplicável aos riscos descritos em 4.1

iii. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

não aplicável aos riscos descritos em 4.1

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

Não aplicável aos riscos descritos em 4.1.

Informamos adicionalmente que a Companhia não mantém estrutura organizacional específica para gerenciamento de riscos. Não possui comitês de qualquer natureza (nem de auditoria, nem de riscos, nem de remuneração, não possui o cargo de Diretor de Compliance nem órgão independente de auditoria interna). Também não adota formalmente os princípios recomendados pelo COSO e por ser listada apenas no Brasil, no Novo Mercado na B3 e não está sujeita às determinações da Lei Sarbanes-Oxley. Não obstante a inexistência de uma política formal de gerenciamento destes riscos, eles foram inicialmente amplamente identificados em 2004 quando a empresa foi listada no segmento do Novo Mercado na Bovespa, e divulgados no prospecto de abertura de capital. A partir de 2008 quando adotou as normas IFRS e a Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009 instituiu o formulário de referência esta identificação dos riscos e procedimentos de gestão passaram a ser atualizadas anualmente no próprio formulário de referência, que é revisado pela diretoria e submetido para apreciação dos Conselho de Administração e Conselho Fiscal. Além disso, a Companhia apresenta em conjunto com suas demonstrações financeiras a nota explicativa de número 19, Instrumentos Financeiros e Gerenciamento de Riscos - conforme determinado pela Instrução Normativa da CVM 475/08, que é revisada pela auditoria independente, pela diretoria e aprovada no Conselho de Administração, em conjunto com as demonstrações financeiras para então ser submetida para aprovação na AGO.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

a. Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento dos riscos de mercado por entender que a identificação dos riscos aos quais seus negócios estão expostos, a reflexão sobre os mesmos pelos órgãos de administração (incluindo a Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal) e a descrição destes riscos bem como as práticas utilizadas na sua gestão no formulário de referência e em nota explicativa (nota explicativa 19) que faz parte integrante das demonstrações financeiras (e portanto é avaliada pelos auditores independentes), é suficiente e cumpre os mesmos requisitos de uma política formal.

Como afirmado no item 5.1 c, o prospecto de abertura de capital da empresa, publicado em 2004, foi o primeiro mapa de riscos identificados sistematicamente pela empresa e desde então atualizado conforme a evolução de seus negócios.

b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado:

A Companhia é bastante conservadora com riscos não inerentes ao seu negócio principal, motivo pelo qual os riscos de mercado são identificados e eliminados ou reduzidos significativamente.

i. Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia é exposta ao risco de crédito e risco de mercado relacionado a mudanças adversas nas taxas de juros, taxas de câmbio e risco de preço de commodities. Buscamos proteção contra tais riscos, conforme descrito no item "ii".

ii. Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de limite de exposição dos mesmos.

Risco de crédito: Entre os procedimentos adotados para minimizar os potenciais riscos financeiros e comerciais, destacamos: a seletividade das instituições financeiras; análise dos créditos concedidos a clientes; o estabelecimento de limites de vendas. Não há clientes que individualmente representem mais que 5% do total do contas a receber da Companhia em 31 de dezembro de 2015, 2016 e 2017.

Os critérios de gestão de riscos da Companhia e de suas controladas, para as aplicações financeiras, estabelecem que os recursos financeiros disponíveis devem ser mantidos, substancialmente em bancos de primeira linha (assim considerados os 10 maiores bancos por ativos do país) de uma forma diversificada em instrumentos financeiros atrelados a uma cesta de indicadores compostos por CDI, taxas pré-fixadas ou corrigidos pela inflação.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras - A exposição da Companhia aos riscos de contraparte em instituições financeiras está demonstrada a seguir:

Em milhares de reais	Consolidado		
	2015	2016	2017
Caixa e equivalentes de caixa			
Disponibilidades	6.777	6.485	5.085
Aplicações financeiras	14.508	14.178	25.034
Total de caixa e equivalentes	21.285	20.663	30.119
Aplicações financeiras			
Títulos ao valor justo por meio do resultado	390.004	483.659	836.254
Títulos mantidos até o vencimento	870.591	1.085.056	914.272
Total de aplicações financeiras	1.260.595	1.568.715	1.750.526
Total	1.281.880	1.589.378	1.780.645

As disponibilidades são representadas por depósitos bancários sem a incidência de juros. As aplicações financeiras classificadas como valores equivalentes a caixa estão representadas por investimentos de curto prazo, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de aquisição.

As aplicações financeiras compreendem os Certificados de Depósitos Bancários (CDB), Debêntures (Operações Compromissadas), Letras Financeiras (LFIN), Títulos do Governo (NTN) e Letra de Arrendamento Mercantil (LAM), e são classificadas em "Títulos ao valor justo por meio do resultado" e "Títulos mantidos até o vencimento", conforme a estratégia de investimentos da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Contas a receber – decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a atualizações cambiais e monetárias, perdas estimadas para liquidações duvidosas, descontos por pontualidade estimados e ajustes a valor presente.

A exposição do risco de crédito com clientes está demonstrada a seguir:

Em milhares de reais	Valor contábil/ Valor justo		
	2015	2016	2017
Contas a receber de clientes	854.991	760.953	850.345

Em milhares de reais	Consolidado		
	2015	2016	2017
Títulos a vencer	853.508	768.691	860.988
Títulos vencidos até 30 dias	18.963	11.394	13.999
Títulos vencidos de 31 até 60 dias	3.475	3.193	3.719
Títulos vencidos de 61 até 90 dias	4.085	1.661	822
Títulos vencidos há mais de 91 dias	19.848	24.310	22.106
Soma	899.879	809.249	901.634
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.444)	(7.934)	(10.549)
Descontos por pontualidade estimados	(24.373)	(25.110)	(27.943)
Ajustes a valor presente – AVP	(14.071)	(15.252)	(12.797)
Total	854.991	760.953	850.345

Mais detalhes vide nota explicativa - Contas a receber de clientes das respectivas Demonstrações financeiras.

Risco da taxa de juros: Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, ou reduzir o ganho com suas aplicações. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de juros do mercado.

Com objetivo de reduzir os possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia e suas controladas adotam a política de manter seus recursos aplicados em instrumentos atrelados a uma cesta de indicadores como CDI, taxas pré-fixadas ou corrigidos pela inflação.

Risco de taxas de câmbio: Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou o ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além de contas a receber de clientes originado por exportações a partir do Brasil, aplicações financeiras e investimentos no exterior se constituem um hedge natural, para proteger a Companhia das oscilações cambiais. Para o saldo entre ativos e passivos sujeitos ao risco da variação cambial a Companhia e suas controladas avaliam sua exposição cambial e contratam se necessário, instrumento financeiro derivativo adicional, como forma de proteção.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui adiantamentos de contrato de exportação de US\$23.835 mil (US\$15.427 mil em 2016), o qual é compatível com as vendas programadas para o mercado externo no vencimento dos contratos. Não há outros financiamentos e empréstimos contratados ou indexados a qualquer moeda estrangeira.

Risco de preço das commodities: Esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção. Em função de utilizar commodities como matéria prima, a Companhia poderá ter seus custos dos produtos vendidos afetado por alterações nos preços internacionais destes materiais. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preço nos mercados nacional e internacional e quando for o caso, utiliza-se da formação de estoques estratégicos para manter suas atividades comerciais.

Os limites máximos de exposição cambial líquida são compostos da soma de: Para reduzir a exposição cambial líquida de seus negócios os gestores poderão negociar contratos futuros de vendas de USD na BM&F até o limite máximo dado pela soma dos seguintes itens: (i) saldos bancários em moeda estrangeira mantidos no exterior; (ii) aplicações financeiras mantidas no exterior; (iii) saldo de contas a receber (denominados em USD) de câmbios a contratar; (iv) até 25% das projeções de exportações anuais equivalente a aproximadamente 90 dias de exportações previstas (normalmente correspondente a pedidos em carteira e negociações de vendas em andamento), menos (i) saldos de fornecedores mantidos em moeda estrangeira (ii) importações em andamento e (iii) ACC (Adiantamento de contrato de câmbio). Estes riscos são monitorados diariamente e administrados através de controles internos, que visam demonstrar os limites de exposição e adequá-los à política de gestão de riscos da Companhia.

Não é permitida a utilização de outras formas de proteção cambial sem expressa autorização dos administradores da Companhia. Até o presente momento, a Companhia não autorizou a utilização de outras formas de proteção cambial diferentes das relatadas no parágrafo anterior.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

As operações de proteção cambial são usualmente efetuadas junto à BM&F através de corretoras especializadas, realizadas sem margemento. O valor da garantia é de R\$52.236 em 31 de dezembro de 2017 (R\$51.362 em 31 de dezembro de 2016 e R\$64.982 em 2015), normalmente constituído por aplicações financeiras da Companhia em títulos públicos, observando-se limites e exposições ao risco de câmbio, conforme definido na política de gestão de riscos de suas contrapartes.

É importante salientar que estas operações estão associadas ao recebimento das vendas e a ativos financeiros em moeda estrangeira, os quais estão igualmente relacionados à variação da cotação do câmbio, compensando eventuais ganhos ou perdas apuradas. Os saldos a receber apresentados em 31 de dezembro de 2017 no valor de R\$407 e em 31 de dezembro de 2016 no valor de R\$2.586, estão classificados na conta de títulos a receber e o saldo a pagar de R\$4.142 em 31 de dezembro de 2015 está classificado em outras contas a pagar.

iii. Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Os instrumentos utilizados para proteção consistem, na venda de dólares futuro dos Estados Unidos, mediante instrumentos financeiros destinados a este fim, tais como: contrato de venda na BM&FBOVESPA, contratos de ACC (Adiantamentos de contrato de câmbio) e ACE (Adiantamentos de cambiais entregues).

As operações de proteções cambiais são usualmente efetuadas junto à BM&FBOVESPA através de corretoras especializadas, realizadas sem margemento. A garantia é normalmente constituída por aplicações financeiras da Companhia em títulos públicos, observando-se limites e exposições ao risco de câmbio, conforme definido na política de gestão de riscos de suas contrapartes.

iv. Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Para reduzir a exposição cambial líquida de seus negócios os gestores poderão negociar contratos futuros de vendas de USD na BM&F até o limite máximo dado pela soma dos seguintes itens: (i) saldos bancários em moeda estrangeira mantidos no exterior; (ii) aplicações financeiras mantidas no exterior; (iii) saldo de contas a receber (denominados em USD) de câmbios a contratar; (iv) até 25% das projeções de exportações anuais equivalente a aproximadamente 90 dias de exportações previstas (normalmente correspondente a pedidos em carteira e negociações de vendas em andamento), menos (i) saldos de fornecedores mantidos em moeda estrangeira (ii) importações em andamento e (iii) ACC (Adiantamento de contrato de câmbio). Estes riscos são monitorados diariamente e administrados através de controles internos, que visam demonstrar os limites de exposição e adequá-los à política de gestão de riscos da Companhia.

v. Se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos

Não utilizamos instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial.

vi. Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

As atividades de gerenciamento de riscos é uma atividade contínua e seguem as práticas de gestão da Companhia, sob a administração dos seus diretores. A administração destes riscos é efetuada com base nos relatórios de controles internos preparados pela gerência financeira. As aplicações financeiras e operações de venda de contratos futuros de USD na BM&F são aprovadas pelo Presidente da Companhia.

Um relatório das aplicações financeiras por tipo de instrumento, da exposição cambial e dos contratos na BM&F é submetido trimestralmente ao Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

c. Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Administração entende que o ambiente de controles internos mantido pela Companhia apresenta elevado grau de confiança para o seu tipo de atividade e volume de operações, e se encontra preparado para prevenir e detectar fraudes e erros.

O nível de automatização e integração dos sistemas garante eficiência e segurança dos processos. Não obstante, esforços têm sido constantemente envidados para aprimorar os processos e controles, sempre visando segurança e mitigação de riscos na execução das rotinas e ganhos de competitividade.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.

A Companhia possui sistemas integrados de gestão (software de gestão) que uma vez parametrizados garantem razoável padronização nas suas transações e nos registros das mesmas. Para garantir integridade aos seus sistemas a companhia mantém um rígido controle dos acessos aos mesmos e da rastreabilidade das transações. O controle das senhas de acesso e dos perfis de usuários é sistematicamente avaliado pelos gestores e submetido a testes pela auditoria externa.

Os relatórios internos de gestão e o acompanhamento sistemático de indicadores e resultados pelos gerentes responsáveis, acompanhados pelos diretores, proporcionam um ambiente de controle razoavelmente seguro.

A Administração é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos adequados relativos aos relatórios financeiros da Companhia.

Na avaliação da administração a Companhia mantém controles internos adequados sobre os relatórios financeiros e busca seu contínuo aperfeiçoamento.

b. As estruturas organizacionais envolvidas.

A diretoria da empresa composta pelo diretor presidente, diretor vice-presidente e diretor financeiro e de relações com investidores em conjunto com os diretores não estatutários e os gerentes subordinados a eles são os responsáveis pelo acompanhamento dos indicadores e resultados dos principais processos de negócios da companhia. A Diretoria Financeira – principal área responsável pelas demonstrações financeiras – é composta por uma gerência de controladoria sul, gerência de crédito e jurídica, gerência de tesouraria e gerência de controladoria nordeste, principais responsáveis pela elaboração de relatórios financeiros, e pela adoção das boas práticas de controle interno e observação das normas contábeis aplicáveis. A Diretoria Estatutária, coordenada pelo seu presidente é responsável pelo estabelecimento, revisão e manutenção das políticas e controles internos da Companhia, bem como pelo gerenciamento de riscos relevantes e execução do plano anual de auditoria, incluindo os aspectos relacionados à preparação e revisão das demonstrações financeiras, reportando-se ao Conselho de Administração.

c. Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento.

O acompanhamento sistemático dos indicadores de negócio e relatórios financeiros é efetuado pela diretoria. Os diretores participam das reuniões do Conselho de Administração sendo arguidos pelos mesmos sobre os resultados.

O Diretor financeiro e de relações com investidores participa das reuniões do Conselho Fiscal respondendo a suas questões e dando encaminhamento para as sugestões e recomendações recebidas. Também participa regularmente das reuniões com os auditores independentes para avaliação dos seus trabalhos.

Os gestores recebem relatórios regulares (diários, semanais, mensais e trimestrais) sobre os indicadores e resultados de negócios. Mensalmente os resultados são analisados, comparados com as expectativas e resultados obtidos em igual período do ano anterior e apresentados em reunião entre gerentes e diretores para discussão.

O resultado de todos os trabalhos previstos no exercício é reportado por meio de relatórios ao Conselho de Administração, Diretores e Gerentes envolvidos e são acompanhadas em bases mensais.

d. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.

Os auditores independentes conduziram os trabalhos de auditoria e avaliaram o sistema contábil e de controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 com objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

Em seu relatório circunstanciado referente a estes trabalhos relativos a 31 de dezembro de 2017 os auditores identificaram o que em sua opinião configura uma deficiência significativa de controles internos, relacionada ao reconhecimento da receita de venda em desacordo com o CPC 30 (R1) – Receitas. Tal situação decorre de vendas realizadas no final do exercício pela modalidade CIF (custo, seguro e frete arcados pela Companhia), cujos faturamentos e embarques ocorreram em 2017 mas cuja efetiva entrega física do produto no ponto de venda do cliente se deu no início de 2018. Os auditores independentes sugerem que a administração adote controles que permitam identificar a data em que ocorre a transferência do risco da venda ao cliente e efetue o reconhecimento de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

e. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.

Na reunião de avaliação do relatório a Administração fez os comentários a seguir:

- 1) Toda a produção da companhia é feita após o recebimento de pedidos dos produtos, isto é, a companhia adota o sistema de produção para ordem de compra;
- 2) A companhia produz diariamente e embarca grande quantidade de produtos já encomendados pelos seus clientes, podendo ultrapassar em um único dia o despacho de mais de um milhão de pares de calçados;
- 3) Estes produtos são agrupados conforme os pedidos e transportados por centenas de caminhões de transportadoras independentes que deverão entregar os mesmos em todas as regiões do país, para cerca de 15 mil clientes diferentes e aproximadamente 65 mil pontos de venda.
- 4) Não existem concentrações de pedidos em clientes e conforme já afirmado nenhum cliente representa mais que 5% da receita da companhia, sendo que pedidos individuais representam ainda menos.
- 5) Individualmente, cada pedido ou mesmo cada carga transportada por um caminhão representa valor insignificante sobre o total de receitas da companhia e, portanto o risco de algum eventual sinistro ou fato que impeça a entrega dos produtos afetar esta receita é igualmente insignificante. Na avaliação da administração a probabilidade de alguma parte significativa da receita reconhecida não se concretizar é imaterial. Além disso, todas as cargas estão seguradas.
- 6) Conforme demonstrado aos auditores todos os pedidos eram existentes na data do embarque, os produtos foram embarcados e não houve devoluções significativas ou recusa de recebimento dos mesmos por parte dos clientes.
- 7) As faturas correspondentes a estes pedidos foram liquidadas pelos clientes nos prazos de vencimento sem a ocorrência de inadimplência ou atrasos anormais.
- 8) Todos os impostos sobre estas receitas foram reconhecidos e pagos.

Tendo em vista estas características e que os impactos que estes valores teriam sobre os resultados da Companhia são muito pequenos a Administração avaliou que os custos em termos de controles internos necessários para controlar estes efeitos não seriam vantajosos e em nada agregariam à qualidade das informações.

Entretanto, a companhia introduziu várias modificações em seu processo para reduzir a possibilidade de ocorrerem situações como a identificada pelos auditores, tais como a renegociação com vários clientes nos termos de transportes (frete), especialmente clientes internacionais, priorização de embarques para clientes com maior tempo de transporte e aperfeiçoamentos no processo de embarque. Ainda assim vai continuar aprimorando seu sistema de controle para melhor evidenciar todos os pontos destacados.

De acordo com a avaliação da Administração, as demais deficiências reportadas pelos auditores não apresentam probabilidade ou magnitude com relação a distorções que possam surgir nas demonstrações financeiras.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 – Programa de integridade

- a. Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

Embora a companhia possua um código de conduta, aprovado em 1 de dezembro de 2008, que enfatiza o cumprimento das Leis e regulamentos aplicáveis e a transparência no trato com representantes da administração pública, este código não atende aos requisitos estabelecidos no Novo Regulamento do Novo Mercado que entrou em vigor em 02 de janeiro de 2018 e que estabelece prazo para as empresas se adaptarem até abril de 2021. O código em vigor relaciona conceitos sem, no entanto, estabelecer mecanismos e procedimentos, estruturas organizacionais, treinamentos, punições e processos de revisão. Atualmente o Código de Conduta Grendene está em revisão para contemplar estes requisitos e atender o prazo de adaptação ao Novo Regulamento do Novo Mercado.

- I. Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas.

Ver resposta acima (5.4 letra “a”).

- II. As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes.

Ver resposta acima (5.4 letra “a”).

- III. Se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- Se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados.

Sim, mas com as limitações comentadas acima.

- Frequência com que os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema.

Não existe previsão de treinamento periódico.

- Sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas.

Não existem previsões de sanções.

- Órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado. –

O Código de Conduta entrou em vigor em 1 de dezembro de 2008 e foi postado no sistema de Informações periódicas (IPE) da CVM/B3 em 24 de janeiro de 2012. Está disponível para consulta no site da Companhia (<http://ri.grendene.com.br/PT/Governanca-Corporativa/Codigo-de-Conduta>) e no site da CVM / B3.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 – Programa de integridade

b. Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

Não possui canal de denúncias.

- Se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros
- Se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados
- Se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé
- Órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

c. Se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas.

Não adota procedimentos de identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas.

d. Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Na época que estabelecemos o Código de Conduta Grendene avaliamos que a empresa deu um passo importante na melhoria de seu ambiente de controle e desde então não vimos necessidade de sua atualização. A cultura da empresa sempre foi de manter fortes controles internos, mas nem sempre com a formalização que os atuais Códigos de Governança requerem. Esta baixa formalização tem funcionado num ambiente de muito baixa rotatividade entre os cargos de gestão, como é o caso da Grendene, o que pode ser observado pelo nível muito baixo de problemas (desvios, fraudes, *compliance*, etc.) enfrentados pela companhia nos seus 47 anos de operações.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Nos últimos anos o país atravessou uma recessão de grandes proporções e experimentou condições de mercado bastante duras com juros reais muito elevados e grande volatilidade nas taxas de câmbio o que sem dúvida representou uma situação de stress a todos os sistemas de gestão e controles da empresa.

Ainda assim os resultados foram satisfatórios e sem a manifestação de quaisquer problemas mais graves. Evidentemente que resultados passados não constituem garantia de resultados futuros e continuaremos aperfeiçoando nossos sistemas de gestão e controle.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**a) Gestão de capital**

O objetivo principal da administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios da Companhia, mantendo uma política de baixo nível de alavancagem, desta forma protegendo seu capital de oscilações da política econômica do governo, maximizando o valor para o acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas do país. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode adequar a política de pagamento de dividendos aos acionistas.

A política de dividendos da Companhia pode incluir os incentivos fiscais estaduais na base de cálculo dos dividendos, desde que não haja impacto nos objetivos, políticas ou processos de gestão de capital da Companhia.

Para 2018 a política de dividendos esta mencionada no item 3.9. Não houve impactos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, 2016 e 2017.

Em milhares de reais	Consolidado		
	2015	2016	2017
Caixa e equivalentes de caixa	21.285	20.663	30.119
Aplicações financeiras	1.260.585	1.568.715	1.750.526
(-) Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo	(212.825)	(125.372)	(123.627)
Posição financeira líquida	1.069.045	1.464.006	1.657.018

Apresentamos a exposição da Companhia ao risco de crédito e risco de liquidez:

b) Risco de liquidez

A Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa, o que torna os riscos de liquidez inexpressivos na opinião da administração. O risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas (substancialmente empréstimos e financiamentos) pode ser avaliado conforme demonstração a seguir:

Em milhares de reais	Consolidado								
	2015			2016			2017		
	Até um ano	De 1 a 9 anos	Total	Até um ano	De 1 a 9 anos	Total	Até um ano	De 1 a 9 anos	Total
Financiamento ativo fixo	10.479	51.172	61.651	10.841	42.198	53.039	10.834	31.390	42.224
Capital de giro e ACE	126.580	-	126.580	58.084	-	58.084	78.832	-	78.832
Financ. – Proapi e Provin	4.593	20.001	24.594	1.809	12.440	14.249	-	2.571	2.571
	141.652	71.173	212.825	70.734	54.638	125.372	89.666	33.961	123.627

Em milhares de reais	Controladora								
	2015			2016			2017		
	Projeção incluindo juros futuros Até um ano	De 1 a 9 anos	Total	Projeção incluindo juros futuros Até um ano	De 1 a 9 anos	Total	Projeção incluindo juros futuros Até um ano	De 1 a 9 anos	Total
Financiamento ativo fixo	12.822	56.612	69.434	12.815	45.697	58.512	12.363	33.577	45.940
Capital de giro e ACE	128.172	-	128.172	50.865	-	50.865	79.531	-	79.531
Financ. – Proapi e Provin	4.824	23.752	28.576	1.871	15.433	17.304	-	3.241	3.241
	145.818	80.364	226.182	65.551	61.130	126.681	91.894	36.818	128.712

Contas a pagar – decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a atualizações cambiais e monetárias, quando aplicável.

Em milhares de reais	Valor contábil		
	2015	2016	2017
Fornecedores	44.903	41.369	36.705
Comissões a pagar	37.616	39.831	41.622

A posição de ativos líquidos e valores a receber de clientes já foram demonstrados no item Risco de Crédito descrito anteriormente.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Na opinião da administração a empresa está em sólida situação econômica e financeira. Os saldos mantidos em caixa, equivalentes de caixa e/ou aplicações financeiras trazem tranquilidade que a Companhia tem plenas condições de honrar todos os seus compromissos financeiros de curto e longo prazo.

No aspecto econômico, a Companhia tem demonstrado capacidade de obter lucros mesmo em cenários adversos remunerando o capital investido de forma que consideramos adequada e distribuindo dividendos que excedem os dividendos mínimos obrigatórios há mais de 10 anos.

Os dados que evidenciam as condições financeiras e patrimoniais gerais da Grendene referentes aos exercícios de 2015, 2016 e 2017 estão demonstrados nos quadros a seguir e complementadas pelos itens 10.1.b, 10.1.c, 10.1.d, 10.1.e, 10.1.f, 10.1.g, 10.1.h e 10.2 desta proposta.

Ano (Em milhares de reais)	Patr. líquido ¹ inicial	Lucro líquido controladora	Dividendos	Reinvestimento	Retorno s/ Patr. líquido	Patr. líquido ¹ final
2015	2.232.649	551.223	275.925	275.298	24,7%	2.520.866
2016	2.520.866	634.492	351.383	283.109	25,2%	2.792.976
2017	2.792.976	660.929	377.773	283.156	23,7%	3.087.479

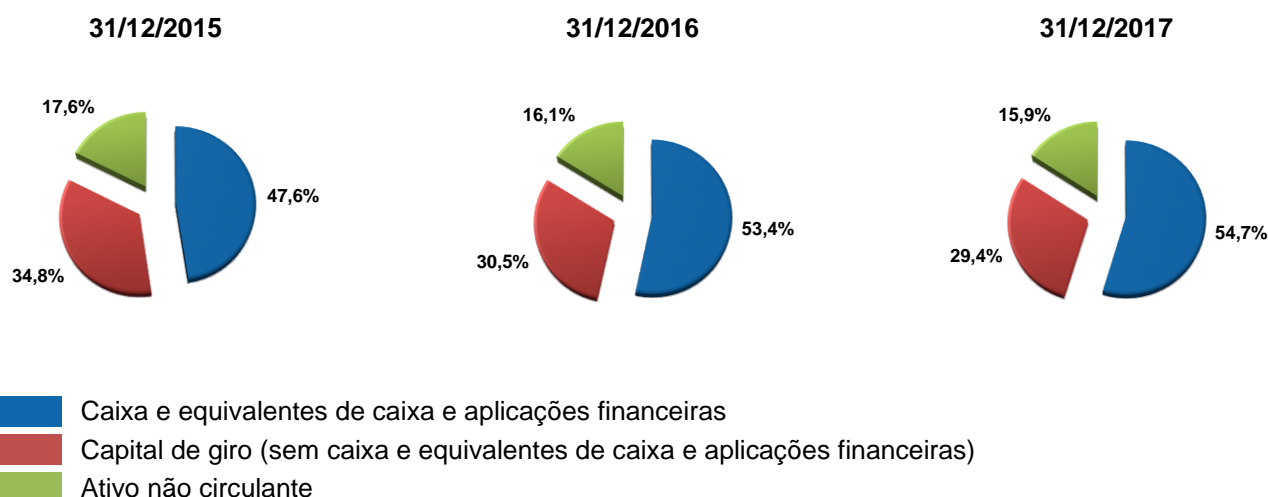
1) Patrimônio líquido ajustado com a exclusão do saldo de dividendos a pagar.

Liquidez	2015	2016	2017
Liquidez geral	6,0	8,4	8,6
Liquidez corrente	5,4	9,1	8,8
Liquidez seca	4,6	8,1	8,0

Rentabilidade	2015	2016	2017
Margem líquida	25,0%	31,0%	29,3%
Margem bruta	48,5%	48,7%	48,9%
Margem Ebit	18,2%	19,5%	20,7%

Em milhares de reais	2015	2016	2017
Empréstimos e financiamentos (CP e LP)	212.825	125.372	123.627
Caixa e equiv. de caixa e aplic. financeiras (CP e LP)	1.281.880	1.589.378	1.780.645

Ativos

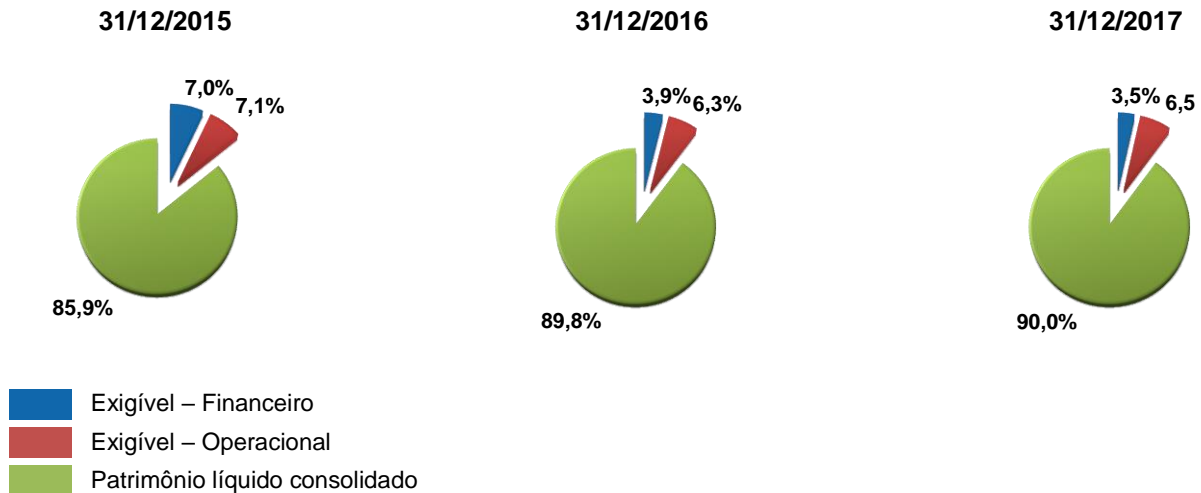


10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A Companhia possui uma estrutura de capital que não depende de capitais de terceiros para condução dos negócios. A Grendene realiza seus investimentos tanto fixos, quanto em capital de giro com recursos próprios.

Exigível: Passivo circulante + passivo não circulante



Todas as ações emitidas pela Grendene são ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal e não possuem previsão de resgate.

i. Hipóteses de resgate

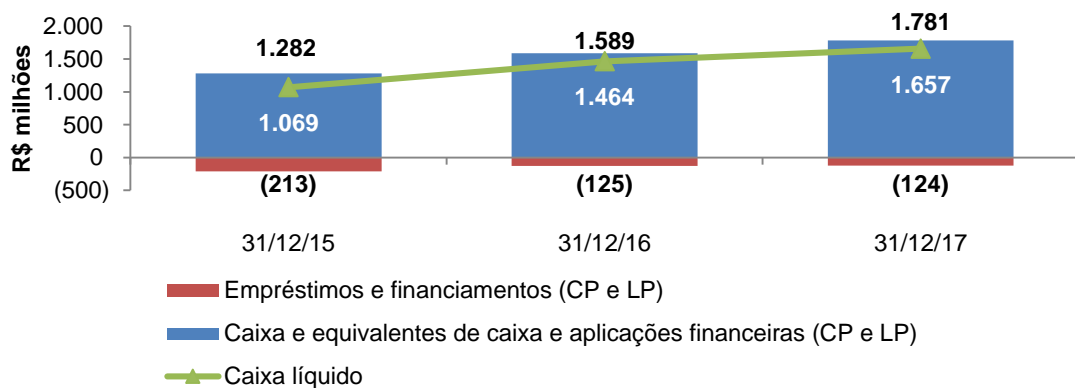
Não se aplica, pois a Grendene não tem ações resgatáveis emitidas.

ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não se aplica, pois a Grendene não tem ações resgatáveis emitidas.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Grendene mantém confortável e sólida situação financeira tendo plenas condições de honrar com todos os seus compromissos.



10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em milhares de reais	2015	2016	2017
Ativo Circulante	1.908.661	2.492.979	2.846.997
Ativo Não circulante	1.136.981	760.841	729.011
Passivo Circulante	354.500	275.383	322.074
Passivo Não Circulante	74.382	56.367	36.325
Patrimônio Líquido Consolidado	2.616.760	2.922.070	3.217.609

Como pode ser evidenciado pelo balanço patrimonial da Companhia e demonstrado no quadro acima, o caixa da Companhia (Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras) é superior a todo exigível de curto e de longo prazo o que torna improvável que qualquer situação econômico-financeira externa afete sua capacidade de pagar seus compromissos.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A Grendene detém significativa posição de caixa líquido (saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras menos empréstimos de curto e longo prazo) e tem capacidade de financiar suas operações e investimentos atuais com recursos próprios. Entretanto, a empresa poderá recorrer a fontes de financiamento sempre que os custos destes recursos sejam suficientemente baixos no julgamento de sua administração para gerarem valor aos seus acionistas.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Grendene não tem deficiências de liquidez, não teve deficiências no passado e não tem previsão que esta situação possa ocorrer. O seu capital de giro e investimentos são financiados com recursos próprios.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas**i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

Os empréstimos e financiamentos estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescido dos encargos pactuados que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

Em 31 de dezembro de 2015, 2016 e 2017 o endividamento bancário apresentava a seguinte composição:

Consolidado	Indexadores	Taxas de juros (a.a)	2015	2016	2017
Moeda Nacional					
Ativo fixo	Pré-fixado	4,50%, 4,31% e 4,31%	61.651	53.039	42.224
Proapi - Provin	TJLP	-	24.594	14.249	2.571
			86.245	67.288	44.795
Moeda Estrangeira					
Capital de giro	Pesos Argentina	26,88% e 27,75%	35.414	7.814	-
Capital de giro – ACE	Dólar +	2,24%, 3,87% e 2,30%	91.166	50.270	78.832
			126.580	58.084	78.832
Total dos empréstimos e financiamentos			212.825	125.372	123.627
(-) Total do passivo circulante			(141.652)	(70.734)	(89.666)
Total do passivo não circulante			71.173	54.638	33.961

Apresentamos a seguir a abertura das parcelas de empréstimos e financiamentos de longo prazo em 31 de dezembro de 2017:

Parcelas de longo prazo					
Vencimentos	2019	2020	2021	2022	Total
Financiamentos bancários	10.708	10.341	10.341	-	31.390
Proapi	-	-	-	2.389	2.389
Provin	-	49	-	133	182
Total	10.708	10.390	10.341	2.522	33.961

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Financiamento – Ativo Fixo

Em 2014 a Companhia contratou financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. através do FNE – Fundo Constitucional do Nordeste destinado a aquisição de bens e serviços para construção de planta industrial. A liberação dos recursos ocorreu de forma parcelada durante o exercício de 2014 e 2015 (saldo de R\$41,4 milhões em 2017, R\$51,7 milhões em 2016 e R\$59,9 milhões em 2015). O vencimento da operação é 26 de dezembro de 2021.

Os demais financiamentos em ativo fixo foram contratados para aquisição de equipamentos industriais (R\$0,8 milhão em 2017, R\$1,3 milhão em 2016 e R\$1,8 milhão em 2015).

Financiamento – Capital de giro – ACE

A Companhia tomou empréstimos para suas operações de exportação na modalidade ACE (Adiantamentos de Cambiais Entregues). Estas operações consistem em adiantar o valor correspondente em reais de exportações embarcadas.

Financiamentos – Proapi e Provin

A Companhia goza de incentivos fiscais relativamente às suas atividades localizadas no Estado do Ceará, por meio da obtenção de financiamento concedido através do FDI – Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará, por intermédio do agente financeiro estabelecido por este fundo. Os referidos financiamentos são baseados no ICMS devido (Provin) e pelos produtos exportados (Proapi), apurados mensalmente. Os financiamentos devem ser liquidados no prazo de 36 e 60 meses após a sua liberação.

É entendimento da Administração da Companhia que o registro do benefício de redução dos valores devidos se dê no momento da obtenção dos financiamentos, por assim refletir com maior adequação o regime de competência do exercício, uma vez que o custo do ICMS e das exportações, referentes às operações incentivadas também estão sendo registrados concomitantemente aos benefícios.

Em 31 de dezembro de 2017, estão registrados no passivo circulante e não circulante, as parcelas não incentivadas desses financiamentos no valor de R\$2.571 (R\$14.249 em 2016 e R\$24.594 em 2015).

No âmbito do Programa Proapi, os financiamentos são concedidos com base em 11% do valor FOB exportado com prazo de 60 meses para pagar, sobre os quais incidem juros de TJLP. No vencimento do financiamento a Companhia paga 10% do valor do saldo devedor do financiamento, sendo os restantes 90% abonados, representando um incentivo líquido de 9,9% do valor FOB exportado.

Garantias

As garantias vinculadas aos empréstimos e financiamentos são as seguintes: a) alienação fiduciária de máquinas e equipamentos adquiridos; b) terrenos e prédios; e c) garantia fidejussória prestada por aval dos acionistas controladores da Companhia. As garantias existentes são pelos valores financiados.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia não apresenta relações de longo prazo com instituições financeiras que não obrigações relacionadas às operações acima.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação entre as dívidas.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não existem restrições impostas a Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, distribuição de dividendos, alienação de ativos, emissão de novos valores mobiliários e alienação de controle societário.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não existem financiamentos contratados e não utilizados.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As Demonstrações financeiras individuais e consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, 2016 e 2017 da Companhia foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76), bem como, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Não existem alterações significativas nas demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, na opinião da Administração, dos exercícios de 2015, 2016 e 2017.

Descrição das principais contas do Balanço patrimonial consolidado

Considerações sobre as principais contas do Ativo

Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

O caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto e longo prazo, totalizaram em 31 de dezembro de 2015 R\$1.281,9 milhões, 31 de dezembro de 2016 R\$1.589,4 milhões e 31 de dezembro de 2017 R\$1.780,6 milhões. As disponibilidades são representadas por depósitos bancários sem a incidência de juros. As aplicações financeiras classificadas como valores equivalentes de caixa estão representadas por investimentos de curto prazo, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de aquisição.

As aplicações financeiras compreendem os Certificados de Depósitos Bancários (CDB), Debêntures (Operações Compromissadas), Letras Financeiras (LFIN) e Títulos do Governo (NTN) e são classificadas em "Títulos ao valor justo por meio do resultado" e "Títulos mantidos até o vencimento", conforme a estratégia de investimentos da Companhia.

Demonstramos a seguir a geração de caixa da Companhia em:

Em milhares de R\$	31/12/15	31/12/16	31/12/17
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais (a)	442.718	566.471	525.726
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento (b)	(198.585)	(174.737)	(125.464)
Caixa líquido consumido nas aplicações financeiras	(125.360)	(103.269)	(17.935)
Caixa líquido consumido por investimentos e ativos fixos	(73.225)	(71.468)	(107.529)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento (c)	(249.172)	(392.356)	(390.806)
Redução / Aumento no caixa e equivalentes de caixa (a + b + c)	(5.039)	(622)	9.456

As disponibilidades e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (Curto e longo prazo) representavam em 31 de dezembro de 2017 49,8% do Ativo Total (48,8% em 2016 e 42,1% em 2015).

Contas a receber de clientes e Estoques

As rubricas, Contas a receber de clientes e Estoques totalizaram R\$1.116,5 milhões em 31 de dezembro de 2015, R\$1.021,6 milhões em 31 de dezembro de 2016 e R\$1.129,6 milhões em 31 de dezembro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2015, 2016 e 2017, os prazos médios de recebimento praticados para o mercado interno são de 91, 90 e 89 dias, respectivamente, e para o mercado externo 85, 81 e 75 dias, respectivamente.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Patrimônio líquido**

O patrimônio líquido consolidado totalizou R\$3.217,6 milhões em 31 de dezembro de 2017, R\$2.922,1 milhões em 31 de dezembro de 2016 e R\$2.616,8 milhões em 31 de dezembro de 2015. Abaixo apresentamos a evolução do Patrimônio líquido consolidado da Companhia.

Patrimônio líquido consolidado - Em milhares de R\$	Evolução - R\$
Saldos em 31 de dezembro de 2014	2.327.934
Lucro líquido do exercício	539.311
Diferenças cambiais sobre controladas no exterior	16.479
Aquisição de ações em tesouraria	(3.034)
Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opção de compra de ações	8.016
Despesas com plano de opções de compra ou subscrição de ações	3.543
Dividendos distribuídos	(260.489)
Juros sobre o capital próprio imputado aos dividendos	(15.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	2.616.760
Lucro líquido do exercício	633.955
Diferenças cambiais sobre controladas no exterior	(11.016)
Perda na participação de acionistas não controladores	(125)
Aquisição de ações em tesouraria	(11.020)
Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opção de compra de ações	6.416
Despesas com plano de opções de compra ou subscrição de ações	5.283
Dividendos distribuídos	(183.683)
Juros sobre o capital próprio distribuído	(115.000)
Juros sobre o capital próprio imputado aos dividendos	(19.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.922.070
Lucro líquido do exercício	660.903
Diferenças cambiais sobre controladas no exterior	1.642
Perdas cambiais com investimentos	7.774
Perda com alienação de investimento	(46)
Aquisição de ações em tesouraria	(9.837)
Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opção de compra	5.472
Despesas com plano de opções de compra ou subscrição de ações	6.368
Dividendos distribuídos	(216.737)
Juros sobre o capital próprio distribuído	(140.500)
Juros sobre o capital próprio imputado aos dividendos	(19.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.217.609

Capital de Giro

O capital de giro está demonstrado a seguir:

Em milhares de R\$	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017
Capital de giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante)	1.554.161	2.217.596	2.524.923
Capital de giro / Ativo total	51,0%	68,2%	70,6%
Capital de giro / Receita Líquida de vendas	70,6%	108,4%	112,1%

Descrição das principais contas da Demonstração do resultado consolidado

Vide item 10.2, letra “a”.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Receita bruta de vendas

A receita da Grendene no mercado interno teve crescimento de 12,6% em 2017 comparado com 2016, sustentada por pequena retomada na economia e ganhos de *market share*.

O robusto crescimento de 12,5% no volume de pares exportados não se traduz completamente em elevação de receita devido a uma taxa de câmbio menos favorável e o fim dos incentivos à exportação (PROAPI).

R\$ milhões	2015	2016	2017	Var. 2017/2016
Receita bruta consolidada	2.631,8	2.483,0	2.727,7	9,9%
Mercado interno	1.899,8	1.870,3	2.106,6	12,6%
Exportação	732,0	612,7	621,1	1,4%
Exportação em US\$	219,3	175,5	194,6	10,9%
Milhões de pares	2015	2016	2017	Var. 2017/2016
Volumes	180,4	163,6	171,4	4,8%
Mercado interno	134,5	123,6	126,4	2,2%
Exportação	45,9	40,0	45,0	12,5%
R\$	2015	2016	2017	Var. 2017/2016
Receita bruta por par	14,58	15,18	15,92	4,9%
Mercado interno	14,12	15,13	16,67	10,2%
Exportação	15,91	15,33	13,81	(9,9%)
Exportação em US\$	4,78	4,39	4,33	(1,4%)

Receita líquida de vendas

R\$ milhões	2015	2016	2017	Var. 2017/2016
Receita bruta de vendas	2.631,8	2.483,0	2.727,7	9,9%
Mercado interno	1.899,8	1.870,3	2.106,6	12,6%
Exportação	732,0	612,7	621,1	1,4%
Deduções das vendas	(429,0)	(437,9)	(475,7)	8,6%
Devoluções e impostos s/vendas	(336,4)	(346,7)	(372,6)	7,5%
Descontos concedidos a clientes	(92,6)	(91,2)	(103,1)	13,0%
Receita líquida de vendas	2.202,8	2.045,1	2.252,0	10,1%

Custo dos produtos vendidos

Nos últimos anos, com toda a volatilidade cambial, elevação do salário mínimo e pressões inflacionárias no país nosso custo unitário cresceu 3,3% a.a. (CAGR 2017/15), bem inferior às taxas de inflação no período e ao crescimento de 4,5% a.a. na receita bruta por par. Quando analisamos o período 2015-2017 o CPV total cresceu 0,7% a.a., nível inferior ao crescimento de 1,1% a.a. da receita líquida.

A disciplina nos custos tem desempenhado fator fundamental em nossos resultados.

R\$ milhões	2015	2016	2017	Var. 2017/2016
Custo dos produtos vendidos	1.134,9	1.048,6	1.151,2	9,8%
R\$ por par	2015	2016	2017	Var. 2017/2016
Custo dos produtos vendidos/par	6,29	6,41	6,71	4,7%

Lucro bruto

O lucro bruto acompanhou a recuperação da receita crescendo 10,5% em relação a 2016 e com crescimento de margem de 0,2 p.p. A manutenção de nossa margem bruta acima de 48%, atingindo mais um recorde neste ano, tem sido nossa grande conquista em um cenário de consumo deprimido e aumento de impostos. Para que isso fosse possível fizemos consideráveis esforços de produtividade o que tornou nossa operação mais robusta e resiliente.

Em nossa opinião, o grande destaque da Grendene nos últimos anos tem sido o desempenho industrial. Apesar da crise, da inflação, política salarial, maiores impostos e câmbio temos elevado sucessivamente as margens brutas garantindo bons resultados.

R\$ milhões	2015	2016	2017	Var. 2017/2016
Lucro bruto	1.067,9	996,5	1.100,8	10,5%
Margem bruta	48,5%	48,7%	48,9%	0,2 p.p.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**Despesas operacionais (DVG&A)****Despesas com vendas**

As despesas comerciais tiveram leve queda em relação ao ano anterior. Ao longo do período as despesas comerciais da Companhia têm se mantido em torno de 24% da receita líquida e são predominantemente variáveis na forma de fretes, licenciamentos, comissões, publicidade e marketing.

R\$ milhões	2015	2016	2017	Var. 2017/2016
Despesas com vendas	523,7	490,6	525,8	7,2%
% da receita líquida de vendas	23,8%	24,0%	23,3%	(0,7 p.p.)

Despesas com publicidade e propaganda

Os gastos com publicidade e propaganda foram ligeiramente menores como proporção da receita líquida.

R\$ milhões	2015	2016	2017	Var. 2017/2016
Desp. publicidade e propaganda (a)	148,9	125,2	125,6	0,3%
% da receita líquida de vendas	6,8%	6,1%	5,6%	(0,5 p.p.)
Projetos estratégicos de marcas (b)	6,7	7,3	7,6	4,0%
Total ajustado (a + b)	155,6	132,5	133,2	0,5%
% da receita líquida de vendas	7,1%	6,5%	5,9%	(0,6 p.p.)

Despesas gerais e administrativas (DG&A)

As despesas gerais e administrativas caíram 6,3% em 2017 vs. 2016, representando em percentual sobre a receita líquida de 4,1%, acima do indicador que temos perseguido.

R\$ milhões	2015	2016	2017	Var. 2017/2016
Desp. gerais & administrativas	101,7	97,5	91,3	(6,3%)
% da receita líquida de vendas	4,6%	4,8%	4,1%	(0,7 p.p.)

Resultado financeiro líquido

A Companhia detém uma sólida posição de caixa e os resultados financeiros são uma parte importante do lucro líquido da empresa. As operações com câmbio têm por objetivo o hedge principalmente de recebíveis das exportações. A Grendene nestas operações é vendedora da moeda americana e o resultado à longo prazo das mesmas tem como objetivo ser muito perto de zero. Assim o resultado financeiro é basicamente influenciado pela taxa de juros (SELIC) e o caixa médio mantido pela Companhia.

Em 2017 o resultado financeiro líquido foi positivo em R\$238,5 milhões, 11,2% menor ao obtido em 2016, em consequência da grande queda de juros na economia brasileira ocorrida em 2017, conforme demonstrado no quadro a seguir:

R\$ milhões	2015	2016	2017	Var. 2017/2016
Receitas financeiras	421,3	396,7	312,5	(21,2%)
Juros recebidos de clientes	2,9	2,2	2,2	2,9%
Rec. op. derivativos cambiais – BM&FBOVESPA	66,3	49,1	30,0	(38,9%)
Receitas de aplicações financeiras	168,2	207,7	169,8	(18,3%)
Receitas com variações cambiais	118,8	69,7	34,5	(50,5%)
Ajuste a valor presente (AVP)	61,0	64,7	73,0	12,8%
Outras receitas financeiras	4,1	3,3	3,0	(8,0%)

R\$ milhões	2015	2016	2017	Var. 2017/2016
Despesas financeiras	(239,0)	(128,2)	(74,0)	(42,2%)
Desp. op. derivativos cambiais – BM&FBOVESPA	(123,6)	(11,6)	(19,8)	71,3%
Despesas de financiamentos	(20,5)	(18,3)	(10,9)	(40,8%)
Despesas com variação cambial	(80,3)	(82,4)	(31,2)	(62,1%)
Cofins e Pis s/receitas financeiras	(5,0)	(11,0)	(8,3)	(23,9%)
Outras despesas financeiras	(9,6)	(4,9)	(3,8)	(23,2%)
Resultado financeiro líquido	182,3	268,5	238,5	(11,2%)

Lembramos que nas demonstrações financeiras consolidadas, os descontos concedidos a clientes são classificados em deduções de vendas.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Lucro líquido do exercício

Nos últimos três anos o lucro líquido cresceu 9,5% a.a. (CAGR) com elevação em todas as margens da empresa: bruta (0,4 p.p.), operacional (2,5 p.p.) e líquida (4,3 p.p.). Em 2017, com a queda do resultado financeiro, mesmo com o aumento de 16,5% no Ebit, a margem líquida caiu 1,7 p.p. para 29,3%.

R\$ milhões	2015	2016	2017	Var. 2017/2016
Lucro líquido do exercício	551,2	634,5	660,9	4,2%
Margem líquida	25,0%	31,0%	29,3%	(1,7 p.p.)

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Nossas receitas operacionais são impactadas por modificações nos volumes de pares vendidos, na receita bruta por par e pela taxa de câmbio na exportação. O impacto dos itens mencionados pode ser observado nas tabelas abaixo:

Receita bruta calçados (R\$ milhares)	2015	2016	Var. 2016-2015		2017	Var. 2017-2016	
			R\$	%		R\$	%
Mercado interno R\$	1.899.226	1.870.373	(28.853)	(1,5%)	2.106.549	236.176	12,6%
Exportação R\$	730.761	612.665	(118.096)	(16,2%)	621.126	8.461	4,1%
Exportação US\$	219.349	175.498	(43.851)	(20,0%)	194.588	19.090	10,9%
Total	2.629.987	2.483.038	(146.949)	(5,6%)	2.727.675	244.637	9,9%

Volume de vendas (milhares de pares)	2015	2016	Var. 2016-2015		2017	Var. 2017-2016	
			R\$	%		Pares	%
Mercado interno	134.474	123.595	(10.879)	(8,1%)	126.375	2.780	2,2%
Exportação	45.926	39.962	(5.964)	(13,0%)	44.971	5.009	12,5%
Total	180.400	163.557	(16.843)	(9,3%)	171.346	7.789	4,8%

Receita bruta por par (em R\$)	2015	2016	Var. 2016-2015		2017	Var. 2017-2016	
			R\$	%		R\$	%
Mercado interno R\$	14,12	15,13	1,01	7,2%	16,67	1,54	10,2%
Exportação R\$	15,91	15,33	(0,58)	(3,6%)	13,81	(1,52)	(9,9%)
Exportação US\$	4,78	4,39	(0,39)	(8,2%)	4,33	(0,06)	(1,4%)
Total	14,58	15,18	0,60	4,1%	15,92	0,74	4,9%

Variação em reais da receita bruta de vendas de calçados no mercado interno e na exportação, em função dos volumes e da receita bruta por par			
2015 – 2016		2016 – 2017	
Variação de Volume MI a receita bruta por par do ano anterior – (10.879 x R\$14,12)	(R\$153.648)	Variação de Volume MI a receita bruta por par do ano anterior – (2.780 x R\$15,13)	R\$42.066
Variação de Volume ME a receita bruta por par do ano anterior – (5.964 x R\$15,91)	(R\$94.897)	Variação de Volume ME a receita bruta por par do ano anterior – (5.009 x 15,33)	R\$76.774
Var. receita a valores por par 16	(R\$248.545)	Var. receita a valores por par 17	R\$118.840

Var. rec. bruta par – MI – (R\$1,01 x 123.595)	R\$124.795	Var. rec. bruta par – MI – (R\$1,54 x 126.375)	R\$194.110
Var. rec. bruta par – ME – (R\$0,58 x 39.962)	(R\$23.199)	Var. rec. bruta par – ME – (R\$1,52 x 44.971)	(R\$68.313)
Var. receita volumes 16	R\$101.596	Var. receita volumes 17	R\$125.797
Total	(R\$146.949)	Total	R\$244.637

Variação em dólares da receita bruta de vendas de calçados na exportação, em função dos volumes e receita bruta por par			
2015 – 2016		2016 – 2017	
Volume ME – (5.964 x US\$4,78)	(US\$28.485)	Volume ME – (5.009 x US\$4,39)	US\$21.998
Var. receita a valores por par 16	(US\$28.485)	Var. receita a valores por par 17	US\$21.998
Var. rec. bruta par – ME – (US\$0,39 x 39.962)	(US\$15.366)	Var. rec. bruta par – ME – (US\$0,06 x 44.971)	(US\$2.908)
Var. receita volumes 16	(US\$15.366)	Var. receita volumes 17	(US\$2.908)
Total	(US\$43.851)	Total	US\$19.090

O modelo de negócios adotado pela Grendene contempla a atuação em mercados afetados pela moda onde a Companhia, como diferencial competitivo, apresenta regularmente uma grande quantidade de modelos novos a cada período. Cada modelo ofertado pela Companhia faz parte de uma coleção cuja vida média é em torno de 90 a 180 dias. Desta forma em um ano típico entre 95% e 98% da receita provem de novos produtos. Os produtos são essencialmente fabricados sob pedido de clientes.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A cada trimestre a Grendene apresenta novas coleções, propondo ao mercado uma nova base de preços (para cada nova coleção). Neste modelo de negócios, quaisquer alterações de custos são repassadas para os preços finais sempre que a demanda por estes produtos e o poder de compra dos consumidores permitirem. Assim sendo, a inflação afeta nosso resultado indiretamente, afetando a renda que o consumidor tem disponível para o consumo de nossos produtos. Nossos principais insumos são *commodities* cotadas em dólar no mercado internacional.

A taxa de câmbio influencia os nossos custos na medida em que afeta os preços em reais destas *commodities* quando seu preço é traduzido para o real. Entretanto esta não é uma relação linear, uma vez que o preço das *commodities* em dólar flutua de acordo com a oferta e demanda no mercado internacional (quando o real se valoriza o preço das *commodities* em reais fica mais barato, entretanto nestes casos geralmente também acontece variação no preço das *commodities* em dólar compensando uma parte deste efeito). Por outro lado a taxa de câmbio afeta positivamente as nossas receitas de exportações, geralmente contribuindo positivamente para as margens uma vez que os nossos custos na sua grande maioria são em reais.

As taxas de juros não afetam diretamente o resultado operacional da Companhia, somente o resultado financeiro. A Companhia mantém um saldo expressivo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (CP e LP) que em 31 de dezembro de 2017 era de R\$1.780,6 milhões (R\$1.589,4 em 2016 e R\$1.281,9 milhões em 2015). Estes recursos basicamente estão aplicados no mercado financeiro rendendo juros a taxas próximas da Selic. Quaisquer variações nas taxas de juros praticados no mercado afetarão a remuneração destes recursos.

Indiretamente a elevação dos juros pode afetar o poder de compra de nossos consumidores.

O quadro a seguir apresenta as variações para os itens nele demonstrados:

	2015	2016	Var. % 2016/2015	2017	Var. % 2017/2016
Receita bruta por par – MI – R\$	R\$14,12	R\$15,13	7,2%	R\$16,67	10,2%
Receita bruta por par – ME – R\$	R\$15,91	R\$15,33	(3,6%)	R\$13,81	(9,9%)
Receita bruta por par – ME – US\$	US\$4,78	US\$4,39	(8,2%)	US\$4,33	(1,4%)
Receita bruta total – R\$	R\$14,58	R\$15,18	4,1%	R\$15,92	4,9%
CPV por par – R\$	R\$6,29	R\$6,41	1,9%	R\$6,71	4,7%
Taxa R\$ / US\$ (Final)	R\$3,9048	R\$3,2591	(16,5%)	R\$3,3080	1,5%
Taxa R\$ / US\$ (médio)	R\$3,3315	R\$3,4901	4,8%	R\$3,1920	(8,5%)
IGP-M			7,1907%		0,5326%
IPCA amplo			6,2881%		2,9473%

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**a. Introdução ou alienação de segmento operacional**

Em 2015, 2016 e 2017 não houve introdução ou alienação de segmento operacional em nossas atividades que tenha causado ou se espera que venha a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 2015 e 2017 não constituímos, adquirimos ou alienamos participação societária que tenha causado efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

No exercício de 2016 a Grendene adquiriu ações dos demais sócios da controlada A3NP Indústria e Comércio de Móveis S.A., por valor imaterial, passando a deter 100% do seu capital social.

No exercício de 2017 a Grendene alienou a empresa Grendene Argentina S.A., conforme contrato de compra e venda de 9 de junho de 2017.

No exercício de 2018 a Grendene alienou a empresa A3NP Indústria e Comércio de Móveis S.A., conforme contrato de compra e venda de 21 de fevereiro de 2018.

c. Eventos ou operações não usuais

Em 2015 provisionamos como perda o total de nossos investimentos na controlada A3NP, com impacto contábil de R\$52 milhões no ano de 2015 já que não podemos assegurar que haverá investidores interessados em nossa participação. Esta perda não tem efeito na geração de caixa no ano ou no futuro e é não recorrente.

Em 2016 e 2017, não ocorreram quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia e/ou suas atividades.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As políticas contábeis e métodos de mensuração adotados na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas não sofreram alterações em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, 2016 e 2017.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76), bem como, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e que são efetivas para as demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2015, 2016 e 2017.

Normas e interpretações de normas ainda não vigentes

A seguir apresenta-se as normas que serão efetivas a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2018:

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros (CPC 48 – Instrumentos Financeiros), que substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9, que está em vigor para os períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização do hedge.

IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes – A IFRS 15 (CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016, estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

IFRS 2 – Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações – Alteração à IFRS 2 – O IASB emitiu alterações à IFRS 2 Pagamentos baseados em ações, que abordam três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e o tratamento contábil quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações.

As alterações entraram em vigor para os períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia planeja adotar a nova norma na data efetiva, e não prevê nenhum impacto significativo destas alterações em suas demonstrações financeiras.

Alguns pronunciamentos contábeis (novos ou revisões de pronunciamentos atualmente em vigor) foram revisados pelo International Accounting Standard Board (IASB), e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017.

IFRS	CPC Correspondente	Vigente em
IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil	CPC 06 (R2)	2019
Interpretação IFRIC 23 Incertezas sobre o tratamento dos tributos sobre a renda	Em elaboração	2019
IFRS 17 Contratos de seguro	Em elaboração	2021

As normas, emendas às normas e interpretações aos IFRS são efetivas para os exercícios anuais iniciados conforme indicado na tabela acima, e de acordo com avaliação prévia da Companhia não trarão impacto em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não há ressalvas e/ou ênfases no Parecer dos Auditores.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado reduzido dos custos incorridos para realizar a venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam das estimativas de resultado para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos: As regulamentações tributárias no Brasil são complexas, o que remete a incertezas com relação à interpretação dos mesmos e ao valor e época de resultados tributários futuros. Desta forma, eventuais diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrados. A Companhia não constituiu provisões para este tema, suportada por diversos fatores, como, na experiência de auditorias fiscais anteriores, interpretações divergentes dos regulamentos tributários e por avaliações sistemáticas realizadas pela Administração da Companhia em conjunto com suas assessorias tributárias.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado nos instrumentos financeiros.

Provisões para Riscos Trabalhistas, Fiscais e Cíveis: As avaliações da probabilidade de perdas incluem a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como: prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Outros itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativos intangíveis; as perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa; descontos por pontualidade estimados; as perdas estimadas para estoques; o imposto de renda e contribuição social diferidos; as taxas e prazos aplicados na determinação dos ajustes a valor presente de certos ativos e passivos; valor justo da remuneração baseada em ações; e as análises de sensibilidade de instrumentos financeiros.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet itens), tais como:

i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não Aplicável

ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não Aplicável

iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não Aplicável

iv) Contratos de construção não terminada

Não Aplicável

v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não Aplicável

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia não mantém quaisquer operações, contratos, obrigações ou outros tipos de compromissos com sociedades controladas não consolidadas ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, em sua situação financeira e/ou mudanças em sua situação financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, gastos com capital ou recursos de capital que não estejam registrados em seu balanço patrimonial.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

Não existem outros itens relevantes que não estejam evidenciados em nossas demonstrações financeiras.

- a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não Aplicável

- b. Natureza e o propósito da operação**

Não Aplicável

- c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não Aplicável

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a. Investimentos, incluindo:

i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2015, 2016 e 2017 os maiores investimentos foram em manutenção de prédios industriais, reposição do ativo imobilizado e aquisição de novos equipamentos para modernização do parque fabril e nos diversos projetos para melhorar a eficiência da companhia.

A composição dos investimentos está demonstrada no quadro a seguir:

R\$ milhões	2015	2016	2017	Var. % 2017/2016
Investimentos (em imobilizado e intangível)	73,2	71,5	107,5	50,4%

Em 2018 nossa previsão é investir um valor entre R\$110 milhões e R\$120 milhões na manutenção de nossa capacidade produtiva.

As descrições quantitativas e qualitativas dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos estão descritas nos itens 10.8.b e 10.8.c.

ii) Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia tem condições de fazer todos os investimentos com recursos próprios.

iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em 2017 encerramos a operação de distribuição própria na Argentina e passamos a distribuir através de terceiros como nos demais países. Também neste ano, nossa subsidiária que atuava no negócio de móveis vendeu todos seus ativos, liquidou seus passivos encerrando suas operações na Itália. Como fato subsequente, no início de 2018, a companhia A3NP, subsidiária integral da Grendene S.A que havia sido constituída para atuar no setor de móveis foi vendida (conforme decisão da Diretoria tomada em reunião realizada em 21/02/2018 e autorização de venda dada pelo Conselho de Administração em reunião do Conselho de Administração de 25/02/2016, quando a perda total deste investimento foi reconhecida pela companhia, conforme já divulgado anteriormente) por valor imaterial e sem qualquer impacto nos resultados consolidados da Companhia.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Não temos previsão de aquisição de plantas industriais, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a nossa capacidade produtiva.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

A Grendene atua no setor de calçados com fortes componentes de moda e seu modelo de negócios se assemelha ao que é conhecido no mercado como “*fast fashion*”, que consiste no lançamento de muitos produtos num ano compondo diversas coleções. Desta forma o portfólio de produtos da Grendene é inteiramente renovado a cada 90 a 180 dias.

Para garantir o sucesso e aceitação destas coleções a Grendene acompanha continuamente o mercado mantendo estreita comunicação com os pontos de venda e realiza pesquisas de mercado junto a consumidores alvo sobre suas propostas de lançamentos. Também faz parte deste esforço a participação em muitas feiras nacionais e internacionais onde as reações dos compradores relativas aos produtos podem ser observadas e testadas.

i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Grendene não divulga pesquisas em andamento pelas características de seu negócio, mas mostra o resultado na forma de produtos nos lançamentos, que geralmente ocorrem durante a participação em feiras e eventos.

ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

R\$ milhões	2015	2016	2017	Var. % 2017/2016
Investimento em P&D de novos produtos	49,5	52,1	54,6	4,7%

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Vide item 10.8.b e 10.8.c.

iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não distinguimos estes gastos dos apresentados no item 10.8.c.ii.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.